

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário de Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 2481828420190916152325

Processo 0808008-23.2019.8.23.0010 ☆ - (181 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: 9597 - Seguro
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais		Informações Adicionais		Partes		Movimentações		Apensamentos (0)		Vínculos (0)		
<div>Realces</div> <div>Realçar Movimentos de: <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Servidor <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Membro MP <input type="checkbox"/> Defensor <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Audiência</div> <div>Ocultar Movimentos: <input type="checkbox"/> Inválidos <input type="checkbox"/> Sem Arquivo <input type="checkbox"/> Hab. Provisória</div>												
<div>Filtros</div> <div>Movimentado Por: <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Defensor de Justiça <input type="checkbox"/> Entidades Remessa <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Servidor</div> <div>Sequencial(Intervalo): <input type="text"/> ao <input type="text"/> Data do Movimento(Período): <input type="text"/> à <input type="text"/></div> <div>Descrição: <input type="text"/></div>												
53 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 53										500 por pág.		1
Seq.	Data	Evento						Movimentado Por				
<div><div></div></div> 53	16/09/2019 15:23:25	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (29/08/2019)						JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador				
		<div>53.1 Arquivo: PetiçãoAss.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,2580504MANIFESTACAOLAUDO1.pdfPúblico</div> <div>53.2 Arquivo: guia de depositoAss.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,2580504PROCESSODIVERSO.pdfPúblico</div>										
<div><div></div></div> 52	09/09/2019 11:25:45	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (29/08/2019)						Wallyson Barbosa Moura Advogado				
		<div>52.1 Arquivo: PetiçãoAss.: WALLYSON BARBOSA MOURAWALLYSON BARBOSA MOURA,MANIFESTAO PERCIA JUVENAL.pdfPúblico</div>										
51	30/08/2019 14:09:25	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 30/08/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 47) JUNTADA DE LAUDO (29/08/2019) e ao evento de expedição seq. 48.						JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador				
50	29/08/2019 14:28:02	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS) em 29/08/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 47) JUNTADA DE LAUDO (29/08/2019) e ao evento de expedição seq. 49.						Wallyson Barbosa Moura Advogado				
49	29/08/2019 14:26:19	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (29/08/2019)						LUIZ EUGENIO BRAMBILA Analista Judiciário				
48	29/08/2019 14:26:19	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (29/08/2019)						LUIZ EUGENIO BRAMBILA Analista Judiciário				
<div><div></div></div> 47	29/08/2019 14:26:04	JUNTADA DE LAUDO						LUIZ EUGENIO BRAMBILA Analista Judiciário				
<div><div></div></div> 46	31/07/2019 10:50:03	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE						JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador				
45	30/07/2019 00:08:59	DECORRIDO PRAZO DE JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS (P/ advgs. de JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS *Referente ao evento (seq. 41) RETORNO DE MANDADO(21/07/2019) e ao evento de expedição seq. 43.						SISTEMA CNJ				
44	22/07/2019 10:36:14	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS) em 22/07/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 41) RETORNO DE MANDADO (21/07/2019) e ao evento de expedição seq. 43.						Wallyson Barbosa Moura Advogado				
43	22/07/2019 08:30:33	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento RETORNO DE MANDADO (21/07/2019)						ALINE BLEICH SANDER Analista Judiciário				
42	22/07/2019 08:30:19	JUNTADA DE COMPROVANTE Devolução sem Leitura - De MANDADO expedido(a) (seq. 33) em 01/07/2019 - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (28/06/2019). Parte: JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS						ALINE BLEICH SANDER Analista Judiciário				
<div><div></div></div> 41	21/07/2019 10:13:17	RETORNO DE MANDADO Referente ao evento (seq. 33) EXPEDIÇÃO DE MANDADO (01/07/2019 08:16:44). Parte: JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS						CARLOS DOS SANTOS CHAVES Oficial de Justiça				
40	18/07/2019 00:08:54	DECORRIDO PRAZO DE PERITO ROGERIO LEONARDO DE PAULA DIAS (Para Perito Rogerio Leonardo de Paula Dias *Referente ao evento (seq. 28) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE(28/06/2019) e ao evento de expedição seq. 32.						SISTEMA CNJ				
39	11/07/2019 00:06:31	DECORRIDO PRAZO DE JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS (P/ advgs. de JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS *Referente ao evento (seq. 28) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE(28/06/2019) e ao evento de expedição seq. 31.						SISTEMA CNJ				
38	09/07/2019 21:08:22	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo Perito Rogerio Leonardo de Paula Dias) em 10/07/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 28) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (28/06/2019) e ao evento de expedição seq. 32.						Rogerio Leonardo de Paula Dias Perito				
<div><div></div></div> 37	06/07/2019 11:38:09	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (28/06/2019)						JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador				
36	02/07/2019 11:47:14	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 02/07/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 28) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (28/06/2019) e ao evento de expedição seq. 30.						JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador				
35	01/07/2019 13:14:48	REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE MANDADO Distribuição realizada referente ao Mandado expedido (seq. 33) em 01/07/2019 08:16:44. Tipo: Distribuição Inicial Automática. Oficial de Justiça Designado: CARLOS DOS SANTOS CHAVES. Parte: JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS						Greiciane Jin Servidor Central de Mandados				
LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA												



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08080082320198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO
LESÃO PREEXISTENTE

Inicialmente, deve-se sopesar o fato da parte autora ter pleiteado judicialmente verba indenizatória DPVAT, cujo processo tramitou na 2ª VARA CÍVEL de BOA VISTA, sendo atuado sob o **nº. 0704306-71.2013.8.23.00100**, em virtude de acidente automobilístico ocorrido em **30/07/2012**.

Frisa-se que, a parte autora recebeu indenização relativa ao Seguro Obrigatório DPVAT, nos autos da ação supracitada, em decorrência de **INVALIDEZ DE 50% DO CRÂNIO, além de outras**, ou seja, o requerente sustenta seu pleito indenizatório em lesão idêntica a que fora recebida anteriormente.

Trecho do laudo referente ao processo em questão:

Segmento Anatômico	Marque aqui o percentual
1ª Lesão <i>União Facial</i>	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input checked="" type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
2ª Lesão <i>patológico</i>	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input checked="" type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa

Constata-se, que os documentos acostados aos autos comprovam que o acidente que ocasionou a debilidade permanente foi anterior ao narrado na inicial, não havendo, portanto, nexo de causalidade entre o novo acidente e a lesão apresentada pela parte autora.

Deste modo, é irrefragável que a presente lide tem o mesmo pedido de outra ação que teve o mérito julgado, uma vez que a parte autora sequer comprova que houve agravamento da lesão em virtude de um suposto novo acidente automobilístico, valendo observar que o valor correspondente à lesão indicada o laudo é exatamente o mesmo que já foi indenizado., não havendo que se falar em diferença.

Diante do exposto, a improcedência do pedido é a medida que se impõe.

DO LIMITE MÁXIMO INDENIZÁVEL ESTABELECIDO NO ART. 3º DA LEI 6.194/74 - R\$ 13.500,00

DAS INDENIZAÇÕES JÁ RECEBIDAS RELATIVAS AO SEGURO DPVAT

A Lei 6194/74, dispõe sobre os limites máximos indenizáveis para a cobertura do Seguro DPVAT:

“art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

...

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

[...]

Neste sentido, conforme explicitado no tópico acima, o autor já foi indenizado no total de R\$ 10.125,00 (dez mil cento e vinte e cinco reais) nos autos do processo nº **0704306-71.2013.8.23.00100**, de maneira que tais pagamentos devem ser considerados para que eventual não exceda o teto legal.

Equivoca-se a parte Autora quando tenta fazer crer que faz jus ao recebimento a nova indenização em grau total, sem atentar-se que já recebeu conforme a Lei 11.945/2009, em que nos casos de invalidez permanente TOTAL a vítima receberá o montante de ATÉ R\$ 13.500,00, não existindo a possibilidade de receber 2 (DUAS) VEZES este valor alegando novo sinistro e nova lesão.

Portanto, requer a juntada dos inclusos documentos que comprovam as indenizações recebidas; e caso se reconheça o direito do autor à eventual indenização, uma vez que nos casos de invalidez permanente TOTAL a vítima pode vir a receber até o limite legal de **R\$ 13.500,00**, o valor a ser pago não poderá ser superior à diferença entre do teto legal estabelecido e o valor total das indenizações já recebidas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,
BOA VISTA, 12 de setembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Advogada: Dra. Denyse de Assis Tajuja

OAB/RR Nº. 667

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA ___
VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA – RORAIMA.**

JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS, brasileira, solteiro, Serviços Gerais, portador do RG Nº 120172 SSP/RR e inscrito no CPF sob o Nº 917.791.974-20, residente e domiciliado nesta Cidade na Av. São José, Nº 906, Bairro Alvorada, CEP: 69.317-190 – Telefone: 9153-2205, por sua Advogada *in fine* assinada (procuração anexa), vem perante a ilustre presença de Vossa Excelência, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR
DANOS MORAIS**

Em face da empresa **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, CNPJ 09.248.608-0001/04, localizada no endereço Rua Senador Dantas, Nº 74 – 5º Andar – Centro – CEP. 20.031-205 – Rio de Janeiro – RJ, Tel. (021) 3861-4600, Fax (021) 2240-9073, tendo em vista as razões de fato e de direito a seguir:

DOS FATOS

O Autor, em 30/07/2012, sofreu fratura de hemiface esquerda com limitação para mastigação e canto; lesão contusa em joelho direito e em punho direito com limitação para esforços repetitivos, resultando em

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA DRA. DENYSE DE ASSIS TAJUJÁ
Avenida Gal. Ataíde Teive, Nº3320 – Sala 01 – Bairro Buritis – CEP. 69.309-187 / Boa Vista – RR.
Fones: (95) 3628-9947 / Celular: 9138-9510
E-Mail: denysetajuja@yahoo.com.br



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Advogada: Dra. Denyse de Assis Tajuja

OAB/RR Nº. 667

debilidade permanente de membros afetados, conforme laudo do IML (docs. anexos). A invalidez, debilidade permanente, foi produzida em decorrência das seqüelas ocasionadas em virtude de acidente de trânsito, ocorrido no Município de Boa Vista, Estado de Roraima (docs. anexos).

Desta forma, o Autor apresentou toda a documentação necessária para o recebimento da indenização referente ao seguro obrigatório (DPVAT) nesta cidade, cujo valor devido era em conformidade com a lei (docs. anexos).

Entretanto, a Ré, seguradora responsável pelo pagamento, aproveitando-se da condição do Autor, que em razão da tragédia ocorrida e estando ainda fragilizado, em 11/01/2013, efetuou o pagamento de apenas R\$ 3.037,50 (Três mil trinta e sete reais e cinquenta centavos), ou seja, valor este menor que o devido por lei, lesando o Postulante no momento em que ele e sua família mais necessitavam de auxílio (docs. anexos).

São os fatos de forma sucinta.

DO DIREITO

DO VALOR DEVIDO

A Lei nº 6.194/74, com sua redação alterada pela Lei 11.482, de 31 de maio de 2007, impõem novos valores. Agora, destarte, as indenizações do seguro DPVAT estão atreladas aos valores estabelecidos pelo art. 8º da Lei 11.482/07, que alterou o art. 3º da Lei 6.194/74, fixando novo valor para indenização, por invalidez permanente, *verbis*:

"Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte,



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Advogada: Dra. Denyse de Assis Tajuja

OAB/RR Nº. 667

invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

Este é o entendimento do Tribunal de Santa Catarina, vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO.
COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO DPVAT.
PROVA PERICIAL. APURAÇÃO DO GRAU
DE INVALIDEZ. DESNECESSIDADE.
PAGAMENTO DE PARTE DO VALOR
DEVIDO A TÍTULO DE SEGURO DPVAT
PELA SEGURADORA.
RECONHECIMENTO IMPLÍCITO DA
INVALIDEZ PERMANENTE DA VÍTIMA.
RECURSO PROVIDO. (TJSC Agravo de
Instrumento: AI 743444 SC 2009.074344-4;
Relator (a): Nelson Schaefer Martins;
Julgamento: 20/04/2010; **Órgão Julgador:**
Segunda Câmara de Direito Civil;
Publicação: Agravo de Instrumento
n.2009.074344-4).

A Legislação é clara no valor que deve ser pago no caso de invalidez permanente, de vítimas de acidentes de trânsito, ou seja, **R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais)**, e não apenas **R\$ 3.037,50 (Três mil trinta e sete reais e cinquenta centavos)**, que demonstra flagrante equivocada “voluntariamente ou não”, a liquidação realizada pela Requerida, e o conseqüente pagamento parcial.



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Advogada: Dra. Denyse de Assis Tajuja

OAB/RR N°. 667

Sendo assim, vislumbra-se, pois, o bastante fundamento do presente pleito de cobrança, devendo ser condenada a Ré a pagar ao Autor a diferença entre o indenizado e o devido, que corresponde a **R\$ 10.462,50 (Dez mil quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, acrescentando-se, ainda juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária com base no IPCA-E, adotado pelo eg. TJRR, ambos desde o dia em que houve o pagamento enganoso até o dia do efetivo cumprimento da obrigação.

Destaque-se, que o fato de o Autor ter recebido a quantia dita anteriormente não implica em renúncia ao direito de postular a complementação, tampouco gera adimplemento da obrigação por parte da Demandada, como visto acima, e especialmente porque é notória a má-fé com que agiu a requerida quando da parcial indenização.

DA INVALIDEZ

Importante frisar que a lei determina a indenização por invalidez no valor máximo, sendo que para isso necessário o laudo pericial, que não necessita a aferição do grau de INVALIDEZ, uma vez que acostado laudo do IML, conforme súmula da Turma Recursal dos Juizados Especiais de Manaus:

**EMENTA: CONSUMIDOR - SEGURO
DPVAT - PRELIMINARES AFASTADAS -
PAGAMENTO PARCIAL NÃO OBSTA
PROPOSITURA DE AÇÃO PARA
RECEBIMENTO DA DIFERENÇA -
DESNECESSIDADE DE APRECIAÇÃO DO
GRAU DE DEBILIDADE - PREVALÊNCIA
DE LEI EM FACE DE DISPOSITIVO
INFRALEGAL - INDEIZAÇÃO FIXADA
NA LEI 6.194/74 - RECURSO IMPROVIDO**



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Advogada: Dra. Denyse de Assis Tajuja

OAB/RR N°. 667

**- SENTENÇA MANTIDA. (2º Turma
Recursal de Manaus).**

DO DANO MORAL

Inegável, outrossim, que com o ilícito praticado pela Requerida adveio resultado danoso ao Autor, consistente em sofrimento, angústia e humilhação, pois no momento em que suportava gastos inesperados, foi enganado pela Requerida, que lhe indenizou com quantia menor do que a legalmente estipulada, tirando proveito do abalo psicológico que lhe dominava.

Na clássica definição de WILSON MELO DA SILVA, “in O Dano Moral e sua Reparação”, pág.11: **“Danos morais são lesões sofridas pelo sujeito físico ou pessoa natural de direito em seu patrimônio ideal, em contraposição a patrimônio material, o conjunto de tudo aquilo que não seja suscetível de valor econômico.”**

Vejamos o que preleciona o ilustre doutrinador **Carlos Alberto Bittar**, em sua obra “Reparação Civil por Danos Morais”, 2ª ed., Editora Revista dos Tribunais:

“Constituem, desse modo, perdas, de ordem pecuniária ou moral, que alteram a esfera jurídica do lesado, exigindo a respectiva resposta, traduzida, no plano do direito, pela necessidade da restauração do equilíbrio afetado, ou compensação pelos traumas sofridos que na teoria em questão se busca atender. É que de bens espirituais



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Advogada: Dra. Denyse de Assis Tajuja

OAB/RR Nº. 667

e materiais necessitam as pessoas para a consecução de seus objetivos”.

De outro passo, como bem anota MARIA HELENA DINIZ em sua obra “Curso de Direito Civil Brasileiro”, pág.75: **“O dinheiro não terá na reparação do dano moral uma função de equivalência própria do ressarcimento do dano patrimonial, mas um caráter concomitantemente satisfatório para a vítima e lesados e punitivo para o lesante.”**

As conceituadas considerações são confirmadas e ratificadas nas jurisprudências de decisões de nossos Egrégios Tribunais de Justiça, como esta:

“INDENIZAÇÃO - Responsabilidade civil. Ato ilícito. Dano moral. Verba devida. Irrelevância de que esteja, ou não, associado ao dano patrimonial. Art. 5º, X, da CF. Arbitramento determinado. Art. 1.533 do CC. Recurso provido para esse fim. (TJSP - AC 170.376-1 – 2ª C - Rel. Des. Cezar Peluso - J 29.09.92) (RJTJESP 142/95)”.

Como se pode observar no caso em pauta, não se trata o dano moral ora requerido, a mera recusa ao pagamento da indenização em sua totalidade, mas sim, da dor, humilhação e angústia sentida pelo requerente em ter seu direito violado, principalmente pela profunda necessidade em que se encontrava e ainda se encontra o Requerente.

Sendo assim, **impõe-se a condenação também em reparar o abalo moral a que deu causa**, mediante prestação pecuniária visando tanto compensar o Demandante, quanto punir a Demandada, inibindo assim, futuras espertezas da seguradora.



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Advogada: Dra. Denyse de Assis Tajuja

OAB/RR Nº. 667

DO PEDIDO

Isso posto requer-se:

- a) A citação da Requerida, em festejo à celeridade, pelo Tel. (021) 3861-4600, Fax (021) 2240-9073 ou ainda, no Endereço: Rua Senador Dantas, Nº 74 – 5º Andar – Centro – CEP. 20.031-205 – Rio de Janeiro – RJ, para que, querendo, responda aos termos desta ação, no prazo legal, sob as penalidades legais;
- b) Seja julgado PROCEDENTE este pleito, com a condenação da Ré ao pagamento de **R\$ 10.462,50 (Dez mil quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, acrescentando-se, de juros à base de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo IPCA-E, incidentes desde o ilícito praticado até o efetivo cumprimento da obrigação em razão do pagamento a menor do DPVAT;
- c) Seja a Ré CONDENADA a pagar indenização pelos danos morais suportados, mediante quantia a ser arbitrada por Vossa Excelência, por ser medida de respeito ao ordenamento jurídico e de JUSTIÇA;
- d) Os benefícios da justiça gratuita, em conformidade com as Leis nº 5.584/70 e 1.060/50, com redação que lhe deu a Lei nº 7.510/86, tendo em vista ser o Autor pobre na acepção do termo, conforme declaração de pobreza em anexo;
- e) Seja ainda a Ré condenada ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência.

Protesta provar o alegado por todos os gêneros probatórios permitidos em Direito, notadamente depoimento pessoal das partes, inquirição de



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Advogada: Dra. Denyse de Assis Tajuja

OAB/RR N°. 667

testemunhas, juntada posterior de novos documentos, se necessário for, perícia, todas desde logo requeridas.

Dá-se a causa o valor de **R\$ 10.462,50 (Dez mil quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).**

Termos em que,

P. E. Deferimento.

Boa Vista – RR, 04 de fevereiro de 2013.

DENYSE DE ASSIS TAJUJÁ
OAB/RR N° 667



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA DRA. DENYSE DE ASSIS TAJUÁ
Avenida Gal. Ataíde Teive, 3320 - Sala 01, Bairro Buritis, CEP. 69.309-187 / Boa Vista - RR.
Fones: (95) 3625-6198; Celular: 8111-1314
E-Mail: denysetajuja@yahoo.com.br

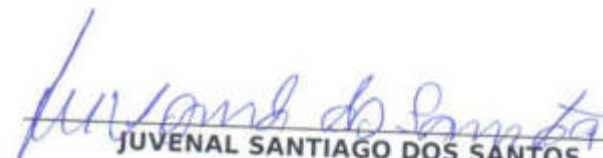
PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS, nacionalidade brasileira, solteiro, Serviços Gerais, portador do RG nº 120.172 SSP/RR e inscrito no CPF sob o nº 917.791.974-20, residente e domiciliado nesta Cidade na Avenida São Jose 906, Bairro Alvorada, CEP 69317-190, telefone / 9153-2205.

OUTORGADOS: Dra. DENYSE DE ASSIS TAJUÁ, brasileira, casada, Advogada, inscrita na OAB/RR sob o nº 667, com escritório profissional localizado nesta Cidade, na Avenida Gal. Ataíde Teive, Nº 3320 - Sala 01 - Bairro Buritis, CEP. 69.309-187.

PODERES ESPECÍFICOS para representar o **OUTORGANTE**, concedendo-lhe poderes para representá-lo no que for necessário, assim como cláusula Geral de Foro, habilitando-o, a praticar todos os atos processuais, como toda e qualquer defesa, contestação em seu favor, podendo atuar em qualquer instância, tribunal ou Juizado Especial, com poderes da cláusula "ad juditia", bem como realizar todo e qualquer ato que seja necessário ao cabal cumprimento do presente mandato particular, inclusive substabelecer, assim como, transigir, receber e dar quitação.

Boa Vista - RR, 10 de Janeiro de 2013


JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS
Outorgante

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

INSTITUTO DE REPOSIÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

POLEGAR Direito

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

120172 — 22/05/2012

JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS

JOÃO BENEDITO DOS SANTOS

TEREZA MARIA SANTIAGO

NATURALIDADE

RECIFE - PE

DATA DE NASCIMENTO

20/11/1959

CERTD NASC 79.478 FLS 29-V LIV 69

RECIFE - PE

917.791.974-20

2 VIA

David Menezes Filho

Diretor do IIOC

P 1

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

BANCO DO BRASIL S.A.

03/08/2012 - AUTO-ATENDIMENTO - 11.15.39

0426372782

EXTRATO CONTA CORRENTE PARA SIMPLES CONFERENCIA

AGENCIA: 0250-X CONTA: 21.815-4

CLIENTE: JUVENAL SANTIAGO SANTOS

HISTORICO	DOCUM.	VALOR
13/07/2012		
Saldo Anterior		4.68C
N A O H A L A N C A M E N T O S		

JUROS *	0,00
DATA DE DEBITO DE JUROS	03/09/2012
IOF *	0,00
DATA DE DEBITO DE IOF	03/09/2012

(*) Apurados de acordo com o somatório dos saldos devidos diários no mes anterior ao debito.

*Taxa promocional valida ate 31/12/2012.

Aproveite e reduza ainda mais as taxas de juros do Cheque Especial e do credito rotativo Durocard. Acesse o menu BOMPRATODOS e faça sua declaracao de Salario com o BB ou procure sua agencia para aderir ao pacote de servicos BOMPRATODOS.com assessoria financeira exclusiva.

OBSERVAÇÕES:

O autoatendimento do BB mudou. O que ja era bom ficou ainda melhor.

Central de Atendimento BB
4004 0001 / 0800 729 0001
Servico de Atendimento ao Consumidor - SAC
0800 729 0722
Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos
0800 729 0088

Leia no verso como conservar este documento, entre outras informações.

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, **JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS**, nacionalidade brasileira, solteiro, Serviços Gerais, portador do RG nº 120.172 SSP/RR e inscrito no CPF sob o nº 917.791.974-20, **DECLARO** para os devidos fins de direito e a quem possa interessar que não possuo comprovante de residência em meu nome, mas resido nesta Cidade na Avenida São José 906, Bairro Alvorada, CEP 69317-190, telefone / 9153-2205.

Por ser verdade a declaração acima, firmo a presente.

Boa Vista - RR, 10 de janeiro de 2013


JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, **JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS**, nacionalidade brasileira, solteiro, Serviços Gerais, portador do RG nº 120.172 SSP/RR e inscrito no CPF sob o nº 917.791.974-20, **DECLARO** para os devidos fins de direito e a quem possa interessar que não possuo comprovante de residência em meu nome, mas resido nesta Cidade na Avenida São Jose 906, Bairro Alvorada, CEP 69317-190, telefone / 9153-2205.

OUTORGANTE: DECLARO, para devidos fins e a quem interessar possa que sou pobre no conceito legal, não tendo condições de arcar com eventuais custas e despesas processuais, com isto necessitando do abrigo da Lei 1.060/50.

Boa Vista - RR, 10 de Janeiro de 2013


JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS
Outorgante

1200004788 30/07/2012 10:11:14 FICHA DE ATENDIMENTO

CLINICA MEDICA MANHA 07-13 90

Paciente JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS		Nascimento 20/11/1959 52 A 8 M 10 D		CNS	CPF 917.791.974-20	Prontuario
Tipo	Documento	Órgão Emissor	Data Emissão	Sexo	Estado Civil	Raça / Cor
CPF	91779197420			M		Naturalidade
Mãe	TEREZA MARIA SANTIAGO			Pai	JOAO BENEDITO DOS SANTOS	
Endereço	AVENIDA SAO JOSE, 906, - - -, CEP:69317190			Contatos		
Classificação de Risco	Plano - Convênio	Nº Carteira	Validade	Autorização		
	SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE					
Motivo de Atendimento	Carater de Atendimento	Profissional do Atendimento	Procedência	Temp	Peso	Pressão
ACIDENTE DE BICICLETA	Urgência					
Sector	Tipo de Chegada	Local de Ocorrência	Socorrista	Registrado por		
GRANDE TRAUMA	DEMANDA ESPONTANEA			Ezequiel Sabino		
Tipo Tabela	Procedimento	Qtde CD	Profissional	CBO	Autorização	Estado

QUEIXA PRINCIPAL

SÍNDROME FEBRIL ☐ SINTOMÁTICO RESPIRATÓRIO ☐ SUSPEITA DE DENGUE ☐

ANAMNESE - (HORA DA CONSULTA - : h)

EXAME FÍSICO

HIPÓTESE DIAGNÓSTICA

SADT - EXAMES COMPLEMENTARES

☐ RAIO-X ☐ ULTRA-SOM ☐ TC ☐ SANGUE ☐ URINA ☐ ECG ☐ OUTROS

PRESCRIÇÃO

APAZAMENTO

OBSERVAÇÃO

CONDUTA

☐ ALTA POR DECISÃO MÉDICA
☐ ALTA A PEDIDO
☐ ALTA À REVELIA
☐ TRANSFERÊNCIA PARA

☐ AMBULATÓRIO
☐ OBSERVAÇÃO (até 24 horas)
☐ INTERNAÇÃO

DATA E HORA DA SAÍDA/ALTA: / /

ÓBITO

Antes do 1º atendimento? ☐ Sim ☐ Não Destino: ☐ Família ☐ IML ☐ Anatomia Patológica / /

Assinatura do Paciente ou Responsável


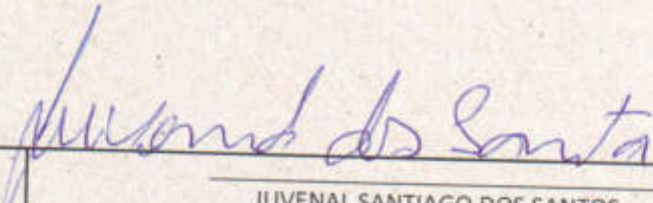
Carimbo ou assinatura do Médico



Governo do Estado de Roraima
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA
PLANTÃO CENTRAL I



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Registro nº 5452/12	Hora: 10:35 hs	Data: 16/08/2012
Dados do Comunicante		
Nome: JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS		
Nac.: BRASILEIRO		
Nat.: RECIFE-PE	Estado Civil: SOLTEIRO	
Profissão: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Nascimento: 20/11/1959	
Pal: JOÃO BENEDITO DOS SANTOS	Idade: 52 anos	Sexo: MASCULINO
Mãe: TEREZA MARIA SANTIAGO		
RG: 120172 SSP/RR	CPF: 917.791.974-20	
Endereço: AV. SÃO JOSÉ Nº906	Telefone: 9141-23263	
Bairro: ALVORADA	Escolaridade: ENSI.FUNDAMENTAL	
Cidade: BOA VISTA		
DADOS DA OCORRÊNCIA		
L do fato: AV. GAL. ATAIDE TEIVE		
Cidade: BOA VISTA-RR	Bairro: LIBERDADE	
Dia: 30/07/2012	Hora: 07:40 horas	
DADOS DO AUTOR		
Nome:		
Endereço:		
Natureza da Ocorrência: ACIDENTE DE TÂNSITO		
RELATO DO FATO		
<p>O comunicante relata que trafegava na AV. GAL. ATAIDE TEIVE sentido bairro centro conduzindo uma BICICLETA MONARK PRETA relata que um veículo de placa e condutor não identificados fez uma manobra brusca na tentativa de desviar um outro carro acabou colidindo na traseira da bicicleta resultando na colisão que resultou em DANOS MATERIAIS E LESÃO CORPORAL, que o veículo se evadiu do local sem presta socorro a vítima e o ferido foi encaminhado ao PSE por populares para atendimento médico, Esse é o relato.</p>		
 WENDEL FERNANDES SOARES AGENTE DE POLÍCIA	 JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS Comunicante	
Despacho (plantão)	Despacho (Coordenador)	
<input type="checkbox"/> Tratando-se de furto/roubo de veículo automotor comunique-se com urgência ao SECOM.	<input checked="" type="checkbox"/> Encaminhe-se ao:	
<input type="checkbox"/> Aguarde-se representação.	<input type="checkbox"/> 1º DP <input type="checkbox"/> 3º DP <input type="checkbox"/> DGH <input type="checkbox"/> DPMA <input type="checkbox"/> NRCASP	
<input type="checkbox"/> Expeça-se guia pericial	<input type="checkbox"/> 2º DP <input type="checkbox"/> 4º DP <input type="checkbox"/> DDM <input type="checkbox"/> NPCA <input type="checkbox"/> NRRFVAT	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> DAT <input type="checkbox"/> DRE <input type="checkbox"/> DDIJ <input type="checkbox"/> DPJI <input type="checkbox"/> Corregedoria	
ALEXANDRE HENRIQUE DE LIMA MATOS DPC	Bv, / /2011. Éric Silva Pereira Delegado de Polícia Civil.	



GOVERNO DE RORAIMA,
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA,
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
INSTITUTO DE MEDICINA - IML-RR
DR. JOSÉ BENIGNO DE OLIVEIRA.
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS".



FLS.01

LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO - LESÕES CORPORAIS nº 8534/2012/IML/RR
Destino: Delegacia de Acidentes de Trânsito/RR

AUTORIDADE REQUISITANTE

- Delegado (a) de Polícia Civil: **Alexandre Henrique de Matos Lima.**
- Guia nº 3715, BO nº 5452.

NOME: JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS	
NACIONALIDADE: Brasileira	NATURALIDADE: Recife/PE
IDADE: 52 anos	SEXO: Masculino
ESTADO CIVIL: Solteiro	COR: Parda
PROFISSÃO: Auxiliar de Serviços Gerais	TELEFONE: 9153 2205 / 9146 1963
FILIAÇÃO: João Benedito dos Santos e de Tereza Maria Santiago	
ENDEREÇO: R. São José nº 906 Bairro: Alvorada	
DOCUMENTAÇÃO: RG. 120.172 SSP/RR	
DATA/ HORA DO EXAME: 30/10/12 às 15 horas e 20 minutos.	
OBS. Os profissionais abaixo designadas pelo Diretor, prestam o solene compromisso de elaborar o Laudo descrevendo com verdade todas as circunstâncias que encontrarem, descobrirem e observarem.	

DESCRIÇÃO

- Atendendo Guia 3715.

DESCRIÇÃO

- Fratura de hemiface esquerda com limitação para mastigação e o canto.
- Lesão contusa em joelho direito com limitação para esforços repetitivos.
- Lesão contusa em punho direito com limitação para esforços repetitivos.

CONCLUSÃO

- Lesão contusa com sequela permanente.

QUESITOS e suas RESPOSTAS

- 1º Há ofensa à integridade física ou a saúde? **SIM.**
- 2º Qual o instrumento ou meio que a produziu? **CONTUNDENTE.**
- 3º Foi produzido por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou por meio insidioso ou cruel (resposta especificada)? **PREJUDICADO.**
- 4º Houve Perigo de vida? **NÃO.**
- 5º Resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias? **SIM.**
- 6º Resultou incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável, debilidade permanente de membro, sentido ou função, aborto ou aceleração de parto ou deformidade permanente? **SIM. SEQUELA PERMANENTE EM HEMIFACE ESQUERDA, JOELHO DIREITO E PUNHO DIREITO.**

E por ser verdade, digitei este laudo, que depois de revisado, será assinado pelos Peritos Oficiais e por mim: Francisca Pereira Alves:

Francisco Ferreira de Barros Junior
Perito Médico Legista
CRM-RR 365

IML-RR

Av. Venezuela nº 2.083, Bairro: Liberdade.
Tel. Geral (95) 2121-3409 Direção (95) 2121-3430.
CEP 69 310 270 - Boa Vista - RR.

Processos de DPVAT - Data: 10/01/2013

De: **SALEK REGULADORA** (alexandre.almeida@salek.com.br) Este remetente está na lista de contatos.

Enviada: quinta-feira, 10 de janeiro de 2013 18:12:00

Para: pontualsegurosrr@hotmail.com

Informamos abaixo a relação de processos que sofreram movimentações durante o dia 10/01/2013, ficamos a disposição para qualquer esclarecimento.

PONTUAL SEGUROS - RR

Processo liberado o pagamento

Nome	Tipo de Processo	Código interno	Número do Megadata	Indenização
MARILENE BENICIO ORRITES	INVALIDEZ	447802	2012/657988	Data crédito: 11/01/2013 - R\$ 1.687,50 >> MARILENE BENICIO ORRITES Crédito - Banco: 237 Ag: 00522-3 CP: 000000048299-4
AVELINO GOMES DA COSTA	INVALIDEZ	447645	2012/657855	Data crédito: 11/01/2013 - R\$ 1.687,50 >> AVELINO GOMES DA COSTA Crédito - Banco: 001 Ag: 04263-3 CC: 000000012895-3
LUCIANO NETO DE LIMA	INVALIDEZ	447774	2012/658062	Data crédito: 11/01/2013 - R\$ 1.687,50 >> LUCIANO NETO DE LIMA DOC - Banco: 104 Ag: 03027- CC: 000000010724-4
ODAIR DE SOUSA PONTES	INVALIDEZ	447618	2012/657974	Data crédito: 11/01/2013 - R\$ 1.687,50 >> ODAIR DE SOUSA PONTES Crédito - Banco: 001 Ag: 04263-3 CC: 000000036774-5
OLAESSI DE SOUSA SANTOS	INVALIDEZ	447622	2012/657959	Data crédito: 11/01/2013 - R\$ 1.350,00 >> OLAESSI DE SOUSA SANTOS Crédito - Banco: 001 Ag: 02617-4 CC: 000000021365-9
JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS	INVALIDEZ	438153	2012/594585	Data crédito: 11/01/2013 - R\$ 3.037,50 >> JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS Crédito - Banco: 001 Ag: 00250-X CC: 000000021815-4
RAIMUNDO NEWTON DA MATA SILVA	INVALIDEZ	442611	2013/015545	Data crédito: 11/01/2013 - R\$ 5.585,25 >> RAIMUNDO NEWTON DA MATA SILVA DOC - Banco: 104 Ag: 03027- CC: 000000006873-7

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA
4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA – RORAIMA**

Autos nº **0704306-71.2013.823.0010**

Requerente: **JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS**

Requerida: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, centro, Rio de Janeiro/RJ, por seus advogados que ao final assinam (mandato incluso), com escritório no endereço abaixo impresso, onde recebem intimações, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, apresentar:

CONTESTAÇÃO

à pretensão indenizatória aforada por **JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS**, lastreadas fundamentos fáticos e jurídicos expostos a seguir:

RESUMO DA INICIAL:

A parte autora alega ter sofrido acidente de trânsito em **30/07/2012**.

Em decorrência do acidente, recebeu o valor de **R\$ R\$ 3037,50**, referente a indenização do seguro DPVAT.

Contudo, mesmo após o pagamento, pleiteia complementação à indenização até o limite de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Destarte, a pretensão esboçada pela parte autora não merece prosperar pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

1. DO MÉRITO:

DA LEGISLAÇÃO VIGENTE – CONSOLIDAÇÃO DA SÚMULA 474 DO STJ

A Medida Provisória nº 451/2008, posteriormente convertida em Lei 1.194/2009, alterou o texto inicial Lei 6.194/74 que instituiu o seguro DPVAT no ordenamento jurídico.

A evolução da legislação através das alterações supramencionadas, surgiu com intuito de estabelecer critérios objetivos para o pagamento das indenizações por

1 POLETTI, Ronaldo. Controle de Constitucionalidade das Leis, Rio de Janeiro, Forense, 2000, p. 111

2 FONSDECA, Rodrigo Garcia

3 Cf. Parecer nº SR-92, in Pareceres da CGR, Janeiro-Junho/89, Brasília-DF, vol. 100, p.181.



invalidez permanente, balizando a valoração das indenizações com base na tabela, em anexo à Lei 11.945/09.

Destaca-se que a regulamentação trazida pela nova legislação tem como condão garantir a isonomia e a sustentabilidade do sistema DPVAT, tratando cada sinistro como único, cada indenização de acordo com a efetiva lesão sofrida.

De maneira a resguardar os princípios da legalidade e da proporcionalidade, bem como dar azo à segurança jurídica inerente à promulgação da lei que rege a matéria, o Superior Tribunal de Justiça exarou a Súmula 474/STJ, conforme demonstrado a seguir:

"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."

Desta feita, em caso de suposta condenação, a quantificação da indenização, em decorrência da legislação vigente, deve respeitar a proporcionalidade da eventual lesão suportada pela parte autora.

DA FALTA COMPROVAÇÃO DOS DANOS AFIRMADOS PELA REQUERENTE E NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERICIA

É indispensável à exata indicação do grau de invalidez para se obter a indenização do seguro obrigatório DPVAT até teto máximo fixado em lei.

Porém, os documentos trazidos pela parte autora mas não demonstram o grau em que a lesão se deu, ou seja, estamos diante de um laudo inconclusivo.

Sobre o pagamento proporcional à invalidez há posicionamento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça:

STJ - RECLAMAÇÃO Nº 5.427 - MT (2011/0039489-0) RECLAMAÇÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL ENTRE AS TURMAS DOS JUIZADOS ESPECIAIS E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DPVAT. INVALIDEZ PARCIAL. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. POSSIBILIDADE. Reclamação sob o viés uniformizador da jurisprudência dos Juizados Especiais Estaduais, reconhecida sob transitória competência desta Egrégia Corte quando do julgamento dos Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário nº 571.572-8/BA, cujo procedimento fora regulamentado pela Resolução n. 12/09-STJ. Dissídio evidenciado. Tratando-se de invalidez parcial, a indenização do seguro DPVAT deve observar a respectiva proporcionalidade. Precedentes.

Portanto, resta claro e evidente a necessidade de realização de pericia para graduar a lesão sofrida pelo autor.

1 POLETTI, Ronaldo. Controle de Constitucionalidade das Leis, Rio de Janeiro, Forense, 2000, p. 111

2 FONSDECA, Rodrigo Garcia

3 Cf. Parecer nº SR-92, in Pareceres da CGR, Janeiro-Junho/89, Brasília-DF, vol. 100, p.181.



DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

A parte autora pugna pela indenização por danos morais em valor a ser arbitrado pelo juízo.

No caso em tela, **não estão** presentes os requisitos da Responsabilidade Civil, quais sejam, ação ou omissão, dano e nexos causal entre os fatos e as consequências geradas, pois não foi a Requerida que provocou o acidente.

Assim se manifesta o Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria:

RECURSO ESPECIAL Nº 723.729 - RJ (2005/0021914-2). RELATORA: MINISTRA NANCY ANDRIGHI. RECORRENTE : FEDERAL DE SEGUROS S/A. ADVOGADO : OCTAMYR JOSÉ TELLES DE ANDRADE JR E OUTROS. RECORRIDO: LUZIMAR LOPES LORDEIRO. ADVOGADO : JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA E OUTROS. EMENTA. Direito civil e processo civil. Recurso especial. **Ação de cobrança de complementação de valor da indenização de seguro obrigatório. DPVAT. Danos morais. Inadimplemento contratual. Inviabilidade do pleito. - O mero dissabor ocasionado por inadimplemento contratual, ao não pagar a seguradora o valor total previsto em lei, não configura, em regra, ato lesivo a ensejar a reparação de danos morais. Precedentes. - (...).** Brasília (DF), 25 de setembro de 2006 (data do julgamento). MINISTRA NANCY ANDRIGHI Relatora.

Desta forma, requer seja julgado improcedente o pedido da Requerente no que concerne a indenização por danos morais.

DA EVENTUAL INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA.

Na remota hipótese de a Ré ser condenada no pagamento de indenização, e, caso Vossa Excelência ainda entenda que a aplicação dos juros é devida, que seja o termo inicial da incidência a data da citação da Ré, conforme disposição expressa da Súmula 426 do STJ:

Súmula n.º 426 do S.T.J: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação. Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, em 10/3/2010.

Neste mesmo sentido, a data do início da correção monetária deverá incidir tão somente da data da propositura da presente demanda, tal como estatuiu a Lei nº 6.899/81 em seu Art. 1º, § 2º.

Assim, face às argumentações anteriormente esposadas, deverá ser observada a data início da correção monetária e juros moratórios.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS TERMOS DA LEI DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.

1 POLETTI, Ronaldo. Controle de Constitucionalidade das Leis, Rio de Janeiro, Forense, 2000, p. 111

2 FONSDECA, Rodrigo Garcia

3 Cf. Parecer nº SR-92, in Pareceres da CGR, Janeiro-Junho/89, Brasília-DF, vol. 100, p.181.



Denota-se, que a Requerente pleiteia o benefício da justiça gratuita, nesse passo, cumpre frisar que a Lei nº 1060/1950, determina que os honorários de sucumbência não poderão ultrapassar o patamar de 15%, nos termos do artigo 11 da referida lei.

2. DO REQUERIMENTO

Diante do exposto, requer:

- a. Sejam julgados integralmente improcedentes os pedidos da parte autora pelos argumentos apresentados através dos fundamentos, legislação, doutrinas e jurisprudências;
- b. Caso entenda Vossa Excelência a pertinência de realização de exame pericial na parte autora para se constatar a suposta gravidade da lesão e sua extensão, que seja expedido ofício ao IML da residência do mesmo para sua efetivação, reservando-se o direito da Ré em apresentar assistente técnico e quesitos;
- c. Pela eventualidade, em caso de condenação, que a mesma seja **obrigatoriamente** mensurada de acordo com a tabela trazida no anexo da Lei 11.945/09;
- d. A improcedência do pedido de indenização por danos morais.
- e. Juros de mora a partir da citação, correção monetária tendo como termo inicial a data da propositura da demanda e honorários de sucumbência limitados a 15% do valor da causa.
- f. "Ad cautelam", requer o uso de todos os meios de prova em Direito admitidos e que se mostrarem relevantes para o esclarecimento dos fatos.
- g. Por fim, requer que todas as intimações pelo Diário da Justiça constem, sob pena de nulidade, o nome do Dr. **ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES**, OAB/RR nº 393-A.

Nestes termos, pede deferimento.
Rio Branco, 2 de julho de 2013.

Álvaro Luiz da Costa Fernandes
OAB/RR nº 393-A



Florindo Silvestre Poersch
OAB/AC nº 800

QUESITOS

1. A vítima já foi submetida aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano? É acometida de invalidez permanente de caráter definitivo?

1 POLETTI, Ronaldo. Controle de Constitucionalidade das Leis, Rio de Janeiro, Forense, 2000, p. 111

2 FONSDECA, Rodrigo Garcia

3 Cf. Parecer nº SR-92, in Pareceres da CGR, Janeiro-Junho/89, Brasília-DF, vol. 100, p.181.



2. Em caso de invalidez permanente, esta é decorrente do acidente narrado pela parte Autora na petição inicial ou oriunda de circunstância anterior?
3. Restando constatada a invalidez permanente, esta se caracteriza como TOTAL ou PARCIAL?
4. Em sendo comprovada a invalidez permanente PARCIAL, é completa ou incompleta? Qual o grau apresentado nos termos da legislação vigente?
5. Considerando-se o grau de invalidez permanente parcial identificado, está correta a quantia paga administrativamente, a título indenizatório, pela Seguradora ré à parte autora?
6. Sendo negativa a resposta ao item "5", qual seria o correto valor da indenização do seguro DPVAT?

Dados do Sinistro(04) Lançamentos Manuais(05) Pagamentos Judiciais(06) Sair	
Data da última consulta: 01-07-2013 / Próxima atualização a partir de: 16-07-2013 - Força Importação	
Número do Sinistro	Natureza
201259458501	2 - INV PERM
Código da Seguradora	Delegacia
6017 - CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S/A	PC DE RR
Nome da Vítima	Regulação
JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS	1
Data de Nascimento	Data Reclamação
20-11-1959	22-11-2012
Nome do Recebedor	Data do Sinistro
JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS	30-07-2012
CPF/CGC Recebedor	Valor Indenização
00091779197420	3.037,50
Código do Receb./Benef.	Valor Cor.Mon./Juros
1 - VITIMA	0,00
Nome do Procurador	Data do Pagamento
	09-01-2013
CPF/CGC Procurador	Boletim
	5452/12
Categoria	UF Sinistro
- VEÍCULO NÃO IDENTIFICADO A PARTIR DE 13/	RR
Data Cadastramento	Sub-Judice
22-11-2012	
Município da Ocorrência	
BOA VISTA	

1 POLETTI, Ronaldo. Controle de Constitucionalidade das Leis, Rio de Janeiro, Forense, 2000, p. 111

2 FONSDECA, Rodrigo Garcia

3 Cf. Parecer nº SR-92, in Pareceres da CGR, Janeiro-Junho/89, Brasília-DF, vol. 100, p.181.





ESTADO DE RORAIMA
Poder Judiciário
Juízo de Direito da 4.ª Vara Cível
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

AÇÃO DE COBRANÇA

PROCESSO N.º 0704306-71.2013.823.0010

Autor: JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS

Adv.: DENYSE DE ASSIS TAJUJA (OAB/RR 667N-RR)

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Adv.: ALVÁRO LUIZ COSTA FERNANDES (OAB/AC 3592-A)

AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO – MUTIRÃO DPVAT

Aos 15 dias do mês de agosto do ano de 2013, às 17h50min, nesta cidade de Boa Vista (RR), no Fórum, na sala das audiências deste Juízo, presente a MM. Juiz Coordenador do Mutirão de Conciliação DPVAT, **Dr. Elvo Pigari Junior**, comigo escrevente, foi pelo Meritíssimo aberta a audiência de *Conciliação*, em que figuram as partes acima, inserida no Mutirão de Conciliação DPVAT. Realizado o pregão das partes, compareceu a parte autora acompanhada de seu o advogado, bem como a preposta da parte requerida, e seu advogado. **ABERTA A AUDIÊNCIA**, foi apresentado o laudo relativo à perícia a qual a parte autora foi submetida nesta data, no qual constava seguinte conclusão: Crânio facial 50% (cinquenta por cento), joelho direito 50% (cinquenta por cento) e punho direito 50% (cinquenta por cento). Como já houve pagamento administrativo no valor de R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais cinquenta centavos), a parte ré apresentou proposta de acordo nos seguintes termos: propõe a pagar o valor de R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), referente ao principal e R\$ 708,75 (setecentos e oito reais e setenta e cinco centavos) referente aos honorários do advogado, **totalizando o valor de R\$ 7.796,25 (sete mil setecentos e noventa e seis reais e vinte e cinco centavos)**, no prazo de trinta dias úteis a contar da homologação do acordo, tudo nos termos da súmula 474 do STJ. As custas finais serão pagas pela ré. As partes renunciaram ao direito de recorrer. O autor concordou com a proposta de conciliação e as partes pediram a homologação do acordo. O M.M. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA**: "*As partes submetem à apreciação deste Juízo o acordo acima descrito, que apresenta consonância com os ditames legais e constitucionais, razão pela qual o homologo por sentença, para que gere os devidos*

Henrique dos Santos

Alvaro

Denyse



ESTADO DE RORAIMA

Poder Judiciário

Juízo de Direito da 4.ª Vara Cível

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

AÇÃO DE COBRANÇA

PROCESSO N.º 0704306-71.2013.823.0010

Autor: JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS

Adv.: DENYSE DE ASSIS TAJUJA (OAB/RR 667N-RR)

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Adv.: ALVÁRO LUIZ COSTA FERNANDES (OAB/AC 3592-A)

efeitos. Custas e honorários na forma do acordo. Arbitro os honorários periciais em R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), devendo os mesmos serem pagos no mesmo prazo estabelecido no acordo. Sentença publicada em audiência, com imediato trânsito em julgado. Expeça-se guia de depósito em conta judicial. Feito o depósito, expeçam-se os alvarás de levantamento do principal, dos honorários do advogado e do perito". Nada mais havendo, mandou o MM Juiz encerrar o presente termo, que vai assinado por todos. Eu, *Suzane Vieira Simon*, escrevente, digitei e subscrevi.

M.M. JUIZ

Denyse de Assis Tajuja
DENYSE DE ASSIS TAJUJA
Advogado Autor(a)

Alvaro Luiz Costa Fernandes
ALVÁRO LUIZ COSTA FERNANDES
Advogado Requerido(a)

Wendell de Souza
Preposta Parte Ré

Juvenal dos Santos
Autor(a)

CNIS

AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE CONCILIAÇÃO

[Art. 31º da Lei 11.845 de 4/8/2008 que altera o Lei 8.194 de 14/12/1974]

Informações da Vítima

Nome completo: SUENAL SANTIAO DOS SANTOS

CPF: 017.796.874-20

Endereço completo: _____

Informações do acidente

Local: _____

Data do Acidente: 1 / 1

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial nº _____ para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na _____ Vara Cível ou JEC da Comarca de _____ - (____).

070.1306-21.2913

Local, data:

Ante de Santa
Assinatura da vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão pela etiologia (origem, causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

Ante de Santa / João @ / Paulo @

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporariamente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Notícia de Hemipar @ com hemiparesia esquerda
Flexão em joelho @ e punho @ com notáveis alterações

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
b) ☒ dano anômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima:

Dependência de medicamentos com TCE celular permanente de 1. edema com restrição de flexão extensor de pulso

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

- ☐ Sim, em que prazo:
☒ Não.

Em caso de enquadramento na opção 'a' do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento, como sendo geradora(s) de dano(s) anômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total
(Dano anômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima).

b) ☒ Parcial
(Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima). Em se tratando de dano parcial informar-se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anômico Marque aqui o percentual

1ª Lesão *União funcional* ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☒ 50% Média ☐ 75% Intensa

2ª Lesão *pulso* ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☒ 50% Média ☐ 75% Intensa

3ª Lesão *pulso* ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☒ 50% Média ☐ 75% Intensa

4ª Lesão *...* ☐ 10% Residual ☒ 25% Leve ☐ 50% Média ☒ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:

BR 15/09/13

Assinatura do médico - CRM

Dr. Sérgio A. Lund
MÉDICO
CRM/PR 1353

Julio Cesar de Castro
MÉDICO
CRM/PR 1353



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
INSTITUTO DE MEDICINA - IML-RR
DR. JOSÉ BENIGNO DE OLIVEIRA
AMAZÔNIA PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS



FLS.01

LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO - LESÕES CORPORAIS nº 8534/2012/IML/RR
Destino: Delegacia de Acidentes de Trânsito/RR

AUTORIDADE REQUISITANTE

- Delegado(a) de Polícia Civil: Alexandre Henrique de Matos Lima
- Gula nº 3715, BO nº 5452

NOME: JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS	
NACIONALIDADE: Brasileira	NATURALIDADE: Recife/PE
IDADE: 52 anos	SEXO: Masculino
ESTADO CIVIL: Solteiro	COR: Parda
PROFISSÃO: Auxiliar de Serviços Gerais	TELEFONE: 9163 2205 / 9146 1963
FILIAÇÃO: João Benedito dos Santos e de Tereza Maria Santiago	
ENDEREÇO: R. São José nº 906 Bairro: Alvorada	
DOCUMENTAÇÃO: RG: 120.172 SSP/RR	
DATA/HORA DO EXAME: 30/10/12 às 15 horas e 20 minutos	
OBS: Os profissionais, abaixo designados pelo Diretor, prestam o solene compromisso de elaborar o Laudo, descrevendo com verdade todas as circunstâncias que encontrarem, descobrirem e observarem.	

DESCRIÇÃO

- Atendendo Gula 3715

DESCRIÇÃO

- Fratura de hemiface esquerda com limitação para mastigação e o canto.
- Lesão contusa em joelho direito com limitação para esforços repetitivos.
- Lesão contusa em punho direito com limitação para esforços repetitivos.

CONCLUSÃO

- Lesão contusa com seqüela permanente.

QUESITOS e suas RESPOSTAS

- 1º Há ofensa à integridade física ou a saúde? **SIM**
- 2º Qual o instrumento ou meio que a produziu? **CONTUNDENTE**
- 3º Foi produzido por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou por meio insidioso ou cruel (resposta especificada)? **PREJUDICADO**
- 4º Houve Perigo de vida? **NÃO**
- 5º Resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias? **SIM**
- 6º Resultou incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável, debilidade permanente de membro, sentido ou função, aborto ou aceleração de parto ou deformidade permanente? **SIM. SEQUELA PERMANENTE EM HEMIFACE ESQUERDA, JOELHO DIREITO E PUNHO DIREITO.**

E por ser verdade, digitei este laudo, que depois de revisado, será assinado pelos Peritos Oficiais e por mim: Francisca Pereira Alves.

Francisco Pereira de Sousa Junior
Perito Médico Legista
CRM-RR 325

IML-RR

Av. Venezuela nº 2.083 - Bairro Liberdade
Tel: Geral (95) 2121-3409 Direção (95) 2121-3430
CEP 69.610-270 - Boa Vista - RR



Governo do Estado de Roraima
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA
PLANTÃO CENTRAL



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Registro nº 5452/12 Hora: 10:35 hs Data: 16/08/2012

Dados do Comunicante

Nome: JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS
Nac: BRASILEIRO Estado Civil: SOLTEIRO
Nat: RECIFE-PE Nascimento: 20/11/1959
Profissão: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS Idade: 52 anos Sexo: MASCULINO
Mãe: TEREZA MARIA SANTIAGO
RG: 120172 SSP/RR CPE: 917.791.974-20
End: Ed: AV. SÃO JOSÉ Nº 906 Telefone: 9141-23263
Bairro: ALVORADA Escolaridade: ENS. FUNDAMENTAL
Cidade: BOA VISTA

DADOS DA OCORRÊNCIA

Local: AV. GALATA DE TEIVE
Bairro: BOA VISTA-RR
Data: 30/07/2012 Hora: 07:40 horas

DADOS DO AUTOR

Nome:
Endereço:
Natureza da Ocorrência: ACIDENTE DE TRÂNSITO

RELATO DO FATO

Relata que trafegava na AV. GALATA DE TEIVE sentido bairro, centro conduziu uma BICICLETA MONARK PRETA, relata que um veículo condutor não identificado fez uma manobra brusca na tentativa de desviar um outro carro acabou colidindo na traseira da bicicleta resultando na colisão que resultou em DANOS MATERIAIS E LESÃO CORPORAL, que o veículo se evadiu do local sem prestar socorro a vítima e o ferido foi encaminhado ao PSE por populares para atendimento médico. Esse é o relato.

WENDEL FERNANDES SOARES
AGENTE DE POLÍCIA

Despacho
(plantão)

☐ Encaminha-se de furto/roubo de veículo automotor, comunicar-se ao SQUECOM.
☐ Aguarda-se representação.
☐ Expõe-se guia pericial.

JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS
Comunicante

Despacho
(Coordenador)

☒ Encaminha-se ao:

☐ 1º DP ☐ 3º DP ☐ DGH ☐ DPMA ☐ NRCASP
☐ 2º DP ☐ 4º DP ☐ DOM ☐ NPCA ☐ NRRFVAT
☐ DAT ☐ PRE ☐ DDJ ☐ DRJ ☐ Corregedoria

ALEXANDRE HENRIQUE DE LIMA MATOS
PPC

Bv. / / 2011

Eric Silva Pereira
Delegado de Polícia Civil

Av. Nazaré Figueiras, S/N - Pôrtoândia - Boa Vista/RR
Telefone: (95) 2121-7710 - Plantão Central
Delegado Coordenador: Eric Silva Pereira



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL GERAL DE RORAIMA
AV. BRIGADEIRO EDUARDO GOMES, 3308 - AERÓPORTO



1200004788

30/07/2012 10:11:14

FICHA DE ATENDIMENTO

CLINICA MEDICA MANHA 07-13 90

Paciente: LUIZVAL SANTIAGO DOS SANTOS
Nascimento: 20/11/1959 52 A 8 M 10 D
CNS: 917.791.974-20
CPF: 917.791.974-20
Portuário: [blank]
Sexo: M
Estado Civil: [blank]
Raça / Cor: [blank]
Naturalidade: [blank]
Mãe: TEREZA MARIA SANTIAGO
Pai: JOAO BENEITO DOS SANTOS
Endereço: AVENIDA SAO JOSE, 906, - CEP: 69317190
Classificação de Risco: Plano - Convênio
Nº Carteira: [blank]
Validade: [blank]
Autorização: [blank]
Método de Atendimento: Carteira de Atendimento Profissional do Atendimento
Procedência: [blank]
Tempo: [blank] Peso: [blank] Pressão: [blank]
Satur: [blank]
Tipo de Chegada: DEMANDA ESPONTANEA
Local de Ocorrência: [blank]
Socorrista: [blank]
Registrado por: Ezequiel Sabino
Dpo Taboia: [blank]
Procedimento: [blank]
Código CD: [blank]
Profissional: [blank]
CEO: [blank]
Autorização: Estado

QUEIXA PRINCIPAL

SÍNDROME FEBRIL

SINTOMÁTICO RESPIRATÓRIO

SUSPEITA DE DENGUE

ANAMNESE - (HORA DA CONSULTA)

EXAME FÍSICO

HIPÓTESE DIAGNÓSTICA

EXAMES COMPLEMENTARES

RAIO X

ULTRASSOM

TC

SANGUE

URINA

ECG

OUTROS

EXAME FÍSICO

APRAZAMENTO

OBSERVAÇÃO

CONSULTA

RETORNO DE CONSULTA MÉDICA

RETORNO DE CONSULTA

RETORNO DE CONSULTA

TRANSFERÊNCIA PARA

AMBULATÓRIO

OBSERVAÇÃO (até 24 horas)

INTERNOÇÃO

DATA E HORA DA SAÍDA VALTA

ASSINATURA

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

ASSINATURA DO MÉDICO

Assinatura do Paciente ou Responsável

Assinatura ou Assinatura do Médico

Impresso por: Ezequiel Sabino

em 30/07/2012 10:13:53

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA(O) 4ª(O)
VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA - RR.**

Autos nº 0704306-71.2013.823.0010

Autor: JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS

Réu: DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT,

já qualificada nos autos em epígrafe, comparece, respeitosamente a presença de v. Excelência, através de seus representantes legais que abaixo assinam, para informar o cumprimento do acordo realizado entre as partes, conforme comprovante de depósito judicial no valor de R\$ 7.796,25 (sete mil e setecentos e noventa e seis reais e vinte e cinco centavos).

Reitera que doravante intimações sejam em nome de ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES OAB/RR 393-A.

***Nestes termos, pede deferimento.
Boa Vista, 7 de outubro de 2013.***



Florindo Silvestre Poersch
OAB/AC nº 800



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA

GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

Autor: JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

BOA VISTA - 4 VARA CIVEL

Processo: 07043067120138230010 - ID 081210000000278741

Guia c/ núm. Conta Judicial disponível no dia seguinte ao
pgto em www.bb.com.br>Governo>Judiciario>Guia Dep.Judicial

ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente
para efetivação do depósito.

19/09/2013 - BANCO DO BRASIL - 12:00:02
571214593 0012

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

BANCO DO BRASIL S.A.

00190000090161078800043088829189700000000779625
NOSSO NUMERO 16107880043088829
CONVENIO 01610788
SISTEMA DJD - DEPOSITO JUDICIAL 2234/99747159
AGENCIA/COD. CEDENTE 19/09/2013
DATA DO PAGAMENTO 7.796,25
VALOR DO DOCUMENTO 7.796,25
VALOR COBRADO

NR.AUTENTICACAO 4.B75.E13.E9D.288.47D
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

CEDENTE : BANCO DO BRASIL S/A

RECIBO DE SACADO

Nome do Cliente	Data de Vencimento	Valor Cobrado
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO	Contra Apresentação	7.796,25
Agência / Código do Cedente	Nosso Número	Autenticação Mecânica
2234 / 99747159-X	16107880043088829	



ESTADO DE RORAIMA
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 4.ª VARA CÍVEL
AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS

95225

ALVARÁ DE LIBERAÇÃO

O Dr. Elvo Pigari Junior, MM. Juiz de Direito titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista-RR, no uso de suas atribuições legais, etc.

POR ESTE ALVARÁ, devidamente assinado e atendendo ao que lhe foi solicitado nos autos de nº 0704306-71.2013.8.23.0010 – Ação de Indenização, que tem como autor(a): JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS, portador(a) do CPF (917.791.974-20) e requerido SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (CNPJ 09.248.608/0001-04), concede, a necessária liberação do seguinte valor: a importância de **R\$ 7.087,50 (Sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, mais acréscimos legais, depositado junto ao Banco do Brasil S/A, conforme comprovante anexo, a ser entregue ao Autor, na pessoa de seu advogado **Dra. DENYSE DE ASSIS TAJUJA** (OAB 667N-RR) nesta cidade, cumpridas as formalidades legais.

DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 26 (Vinte e seis) dias do mês de Novembro do ano de dois mil e treze. Eu, Jonathas Silva Araújo (Estagiário), que o digitei.

Juiz Elvo Pigari Junior
Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível

Elvo
OAB/RR 667
03.12.13
Documento Digitalizado
24/02/2014
[assinatura]



95244

ESTADO DE RORAIMA
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 4.ª VARA CÍVEL
AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS

ALVARÁ DE LIBERAÇÃO

O Dr. Elvo Pigari Junior, MM. Juiz de Direito titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista-RR, no uso de suas atribuições legais, etc.

POR ESTE ALVARÁ, devidamente assinado e atendendo ao que lhe foi solicitado nos autos de nº 0704306-71.2013.8.23.0010 – Ação de Indenização, que tem como autor(a): JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS, portador(a) do CPF (917.791.974-20) e requerido SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (CNPJ 09.248.608/0001-04), concede, a necessária liberação do seguinte valor: a importância de **R\$ 708,75 (Setecentos e oito reais e setenta e cinco centavos)**, mais acréscimos legais, depositado junto ao Banco do Brasil S/A, conforme comprovante anexo, a ser entregue ao advogado do autor, **Dra. DENYSE DE ASSIS TAJUJA** (OAB 667N-RR) nesta cidade, cumpridas as formalidades legais.

DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 26 (Vinte e seis) dias do mês de Novembro do ano de dois mil e treze. Eu, Jonathas Silva Araújo (Estagiário), que o digitei.

Juiz Elvo Pigari Junior
Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível

Elvo Pigari Junior
OAB/RR 667
04/12/13
Documento Único
24/02/2014



ESTADO DE RORAIMA
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 4.ª VARA CÍVEL
AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS

95259

ALVARÁ DE LIBERAÇÃO

O Dr. Elvo Pigari Junior, MM. Juiz de Direito titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista-RR, no uso de suas atribuições legais, etc.

POR ESTE ALVARÁ, devidamente assinado e atendendo ao que lhe foi solicitado nos autos de nº 0704306-71.2013.8.23.0010 – Ação de Indenização, que tem como autor(a): JUVENAL SANTIAGO DOS SANTOS, portador(a) do CPF (917.791.974-20) e requerido SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (CNPJ 09.248.608/0001-04), concede, a necessária liberação do seguinte valor: a importância de **R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)**, mais acréscimos legais, depositado junto ao Banco do Brasil S/A, conforme comprovante anexo, a ser entregue ao Médico perito, **Dra. Samir A. Xaud (CRM-1353)**, nesta cidade, cumpridas as formalidades legais.

DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 26 (Vinte e Seis) dias do mês de Novembro do ano de dois mil e treze. Eu, Jonathas Silva Araújo (Estagiário), que o digitei.

Dra. Samir A. Xaud
MEDICO
CRMRR 1353

Juiz Elvo Pigari Junior
Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível

Documento Digitalizado
29/02/2014